

# 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

## Contextualização dos Direitos Humanos



## IGUAIS NA DIFERENÇA

Em 2008 comemoramos o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os postulados firmados na Convenção de Viena em 1993 declaram a universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos. Um desafio para um Estado como o Pará, onde as violações dos Direitos Humanos colocam-nos nos centros das atenções nacionais e internacionais, é tornar mais sólidas, coesas, associadas e integradas as múltiplas dimensões dos direitos humanos, quer sejam, os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, para que estas se reflitam e norteiem as políticas públicas.

No Brasil e no Pará persiste uma enorme distância entre os enunciados de respeito aos direitos humanos e aquilo que se observa nos contextos de violações, desrespeitos, discriminações, desigualdades, opressão e dominação. Passados sessenta anos da Declaração ainda nos cabe a construção da cultura dos Direitos Humanos e o tempo de fazê-lo está em curso.

No Brasil, só após a promulgação da Constituição de 1988 e com a superação do regime militar os direitos humanos começaram a ter um marco jurídico oficial. E a Constituição do Brasil, em 2008, já completa 20 anos.

Em seu Artigo 1º, a Carta de 1988 inclui entre os fundamentos do Estado brasileiro a cidadania e a dignidade da pessoa humana. São ainda objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: a) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; b) a garantia do desenvolvimento nacional; c) a erradicação da pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; e d) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e

quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º). A Carta considera, ainda, que a prevalência dos direitos humanos é princípio regente das relações internacionais do país (art. 4º).

O artigo 5º da Constituição Federal inicia o tratamento dos direitos e garantias fundamentais explicitando que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Os artigos 6º e 7º ampliam a concepção dos direitos humanos para além dos direitos civis e políticos e declara que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

A partir do princípio da dignidade humana, a compreensão dos direitos humanos como direitos de todos está intrinsecamente relacionada ao princípio da igualdade que, ao reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade e a diferença, também se revela como instrumento de combate à discriminação.

O processo de efetivação do princípio da igualdade contribui para realizar a inclusão social, na medida em que diminui os fatores de exclusão. Para isso, é necessária a concretização dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, compreendendo a proteção, promoção, defesa e reparação às violações de direitos humanos, ou quaisquer forma de opressão seja por raça, credo, cor, orientação sexual, gênero, classe social ou ideologia. O Estado, o indivíduo e a sociedade são os atores deste processo de reparação, restauração e cultura dos direitos humanos.

O ano de 2008 deve ser um marco importante na luta pela consolidação da cultura dos direitos humanos. Somado ao aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 20 anos da nossa Constituição, é também o ano preparatório do Fórum Social Mundial a se realizar em janeiro de 2009, em Belém. É com base nestes pressupostos que a SDDH se propôs neste ano de 2008 a nortear suas atividades.

Outros fatores importantes para os Direitos Humanos que se vislumbra no calendário de eventos em 2008 são as Conferências dos Direitos Humanos. Em setembro teremos as Conferências Regionais no Estado do Pará. A região do Sul e Sudeste realizou seu encontro em Marabá no dia 05 de setembro de 2008. Em seguida aconteceu a Conferência Estadual de Direitos Humanos e em dezembro a Conferência Nacional de Direitos Humanos. Espera-se que os debates e proposições

das rodadas de Conferências possam subsidiar e avaliar os Planos dos Direitos Humanos, seja em âmbito Estadual ou Federal. Os Planos dos Direitos Humanos, por sua vez, delimitarão as políticas públicas sobre os Direitos Humanos, as quais espera-se ver efetivadas.

O Sul e Sudeste do Pará é uma região historicamente marcada e estigmatizada, nacional e internacionalmente, pelas violações dos direitos humanos. As violações de DH no Estado são constantes, históricas e emblemáticas, como por exemplo: a impunidade, os crimes de pistolagem em conflitos de terra, os assassinatos em escala de lideranças e defensores de direitos humanos em conflitos de terra e conflitos urbanos, o massacre de garimpeiros em 1984 em Marabá, o massacre e genocídio de índios, o massacre de sem-terra em Eldorado dos Carajás em 1995, os reiterados crimes ambientais provocados pelas grandes empresas madeireiras, pecuárias e minerárias, as violações de direitos de presos e presas, as execuções sumárias por grupos de extermínio (formados por agentes públicos ou privados) nos centros urbanos, a persistência do trabalho escravo<sup>1</sup>, só para mencionar as violações mais emblemáticas e de conhecimento nacional.

Por outro lado, esta mesma região é umas das mais ricas do Brasil em recursos naturais, concentra um dos maiores índices de crescimento econômico, algo em torno de 16%. No entanto, seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é um dos piores do país. O analfabetismo atinge quase metade da população<sup>2</sup>, o déficit habitacional atinge mais da metade da população, a taxa de desemprego e informalidade é muito alta e há uma grande concentração de renda e de terra no poder de uma minoria.

O Pará se destaca como grande exportador no cenário nacional, principalmente no setor minerário. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior as exportações do Pará no primeiro semestre de 2008 cresceram 23,59% atingindo US\$ 4,48 bilhões. A venda do minério de ferro representou 28,91% das exportações paraenses. Outro volume grande de exportação é de madeira e de carne bovina. No entanto, o que não é revelado é que todas estas atividades, além

---

<sup>1</sup> - Segundo Relatório da CPT de janeiro de 1996 a junho de 2008, 53.549 trabalhadores foram submetidos à escravidão no Brasil. 24.008 (44,9%), desse total nacional são do Pará. Em 2007, foram registrados 264 casos no país envolvendo 8.651 trabalhadores. Desses, 133 foram constatados no Pará, envolvendo 3.317 trabalhadores. De todas as denúncias os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego apuraram 59 e resgataram 1.933 trabalhadores. Ou seja, menos de 50% das denúncias foram fiscalizadas.

<sup>2</sup> - Dados da Justiça Eleitoral apontam que dos 4.515.115 eleitores do Estado do Pará aptos a votarem, 2.013.092 não têm o nível fundamental completo e 1.338.779 são analfabetos.

de concorrem para uma maior degradação do ambiente e destruição da floresta, promovem a intensificação da poluição e morte dos rios na região por contas das atividades ambientalmente predatórias das grandes empresas (minerárias e agropecuárias), o aumento do arco do desmatamento. Ninguém divulga as dezenas de ações por crimes ambientais denunciadas contra a Vale na Justiça Federal de Marabá, nem outras dezenas de processos administrativos por irregularidades ambientais da empresa e suas subsidiárias.

Uma pequena parcela de conglomerados empresariais, de grandes comerciantes, agropecuaristas e empresários do minério e do gusa, detêm a maior parte da renda regional. A concentração de renda faz com que o poder econômico e político também se reúnam nas mãos de poucos. Diante desta situação se erguem enormes obstáculos para que se atinja os patamares efetivamente compatíveis com o respeito pleno aos direitos humanos. A concentração de terra urbana e rural na mão de especuladores aliada ao crescimento populacional acelerado por conta do constante fluxo migratório, elevaram o preço dos aluguéis, imóveis urbanos e rurais a preços inatingíveis pelas camadas de renda baixa da população. Esta situação tem impulsionado o surgimento de inúmeras ocupações de áreas urbanas nos espaços de expansão das cidades. Só em Marabá são mais de 22 ocupações urbanas. Informações superficiais da SEPLAN (Secretaria Municipal de Planejamento) indicam que cerca de 25 mil famílias residem nestes assentamentos precários. Em Parauapebas os conflitos urbanos explodem com violência e a polícia reprime os sem-teto. Três lideranças estão presas desde o dia 19 de junho. Em Jacundá pistoleiros ameaçam e fazem despejo forçado de sem-tetos. Em Redenção, sul do Estado, também explodem as ocupações urbanas. Já no âmbito rural no Sul e Sudeste do estado hoje há cerca de 5.000 famílias acampadas em fazendas ocupadas. Apesar da luta dos trabalhadores/as sem-terra e dos intensos conflitos, nenhum assentamento foi criado. O que se verifica é que as terras da região estão sendo destinadas ao avanço do agronegócio (pecuária e eucalipto, principalmente).

A discriminação racial e de gênero, a violência somadas aos conflitos por terra urbana e rural e a degradação ambiental estruturam as desigualdades e injustiças na região. A população negra, indígena, sem-teto e sem-terra têm maiores dificuldades de ter seus direitos garantidos (educação, saúde, trabalho, segurança, etc.), em razão de condicionantes históricas e também pelo racismo e preconceito ainda presentes. A desigualdade de renda, racial, de gênero, entre outras, afeta a efetivação dos direitos humanos na região. As estruturas de poder e subordinação presentes na sociedade local são historicamente marcadas pela violência, gerando um círculo vicioso de insegurança, desrespeito, impunidade e medo.

As políticas nesta área (ou sua inexistência) não conseguem responder à violência que se expressa de diversas formas, ameaçando a plena realização dos direitos humanos. Na região é alto o número de homicídios os quais têm como maior vítima o jovem negro. Segundo o Instituto Médico Legal de Marabá, entre janeiro e junho de 2008, 443 pessoas sofreram mortes violentas em Marabá e cidades vizinhas. Destas, 254 foram vítimas de homicídio.

Dentre estas mortes destacam-se as execuções sumárias perpetradas por grupos de extermínio. No primeiro semestre de 2008, a SDDH contabilizou 37 homicídios em Marabá. Todos com feições nítidas de execução sumária perpetradas por grupos privados ou não, contratados para este fim. Destes 37 mortos, 09 eram menores de 18 anos. Todas as pessoas mortas tinham antecedentes criminais e o *modus operandi* dos homicídios era sempre o mesmo: abordagem por dois motoqueiros de capacete, motos sem placas e tiros fatais na cabeça e peito.

A violência contra as mulheres também é grande em marabá e região. Só neste ano foram atendidas 636 mulheres em Marabá, destas 39 são procedentes de cidades vizinhas. Foram registradas 411 mulheres vítimas de agressões, dentre as quais 70% são agressões físicas e uma tentativa de homicídio<sup>3</sup>.

Outros casos se destacam como a violência sexual contra crianças e adolescentes, a persistência do trabalho escravo, a violência, a intimidação e ameaças às lideranças populares, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, incluindo os de defensores de direitos humanos, e por fim a violência institucionalizada sob a forma de execuções sumárias, a tortura e extermínios promovida por agentes públicos e privados.

O modelo de desenvolvimento predominante na região baseado nos incentivo às empresas minerárias, siderúrgicas, monocultivadoras (pastagem, soja, eucalipto), agropecuárias, madeireiras e frigoríficas produzem um insustentável passivo ambiental, além de uma concentração de renda que aprofunda as desigualdades sociais existentes, os conflitos por terra<sup>4</sup> e, por conseqüência, o estado de violência nas cidades.

---

<sup>3</sup> - Dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Marabá, julho de 2008.

<sup>4</sup> - Dados da CPT indicam que em 2007 ocorreram 108 conflitos no campo em todo o Estado, envolvendo 16.434 famílias (cerca de 50.000 pessoas); 5 trabalhadores foram assassinados, 75 pessoas foram ameaçadas de morte; 77 trabalhadores foram presos; 2.933 famílias foram expulsas de suas terras por mandado judicial ou por ações de grupos armados. De 1971 a 2006, foram assassinados no Estado do Pará, na luta pela posse da terra, 814 trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Em 70% dos casos,

E como parte desse processo a destruição da floresta nativa para a fabricação de carvão vegetal das siderúrgicas de ferro gusa do "corredor Estrada de Ferro Carajás" (Marabá-PA e Açailândia-MA) afigura-se como outro um grave problema. Desmata-se, em média, 100 mil hectares de floresta primária por ano só para a produção de carvão (ilegal). No Sul e Sudeste do estado, mais de 90% do desmatamento é de responsabilidade da atividade pecuária que cresceu 192%, entre 1990 e 2007. A alta do valor da arroba do boi (quase 100% nos últimos dois anos) e a declaração de área livre da aftosa no sul e sudeste do Estado provocou o aquecimento da atividade pecuária na região. Grandes grupos adquirem terras no Estado para criação de gado bovino exportável ao mercado mundial e instalam frigoríficos, laticínios e curtumes na região.

A Agricultura familiar – alternativa de produção de alimentos limpos e proteção da fauna e floras em suas condições biodiversas – não é prioridade nem do Estado, nem da União, muito menos das políticas municipais. Apesar da invisibilidade midiática e do discurso sócio-econômico hegemônico, a luta e conquista da terra, ao longo de 30 anos, gerou um saldo de 475 Projetos de Assentamentos no sul e sudeste do Pará. Cerca de 80.000 famílias conquistaram terra e hoje moram em suas casas e cultivam seu alimento além de comercializarem o excedente nas feiras das cidades. Estes assentamentos ocupam 33% do território da mesorregião sul-sudeste do Pará e formam uma população de assentados da Reforma Agrária com mais de 400.000 pessoas vivendo diretamente do trabalho na terra. Por outro lado, o discurso desenvolvimentista, público e privado, se assenta nos grandes projetos e mega-investimentos (estradas, pontes, vias férreas, prospecção mineral, hidrelétricas e siderurgia) como discurso único para os problemas sócio-econômicos da região<sup>5</sup>.

Ao lado dos conflitos agrários vive-se uma nova investida dos implementos minerais extrativos capitaneados pela Vale e suas subsidiárias e dos grandes projetos de infra-estrutura previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento do

---

ninguém chegou a ser processado em razão das mortes. Dos 91 processos criminais, ainda em curso nas comarcas do Estado, cerca de 50% deles tem mais de 10 anos de tramitação, alguns já prescreveram. Apenas 07 mandantes de crimes foram julgados, 6 condenados e 01 absolvido. Dos condenados, nenhum se encontra preso, 2 estão foragidos, 1 foi beneficiado pelo indulto judicial e 3 aguardam julgamento de recurso em liberdade.

<sup>5</sup> - Como afirmou o Secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Pará: a Vale do Rio Doce será a empresa âncora do parque de ciência e tecnologia que o governo implanta em Marabá. Já a Alcoa será âncora do parque de Santarém (Jornal LIVRE, 26.10/02.11.2007).

Governo Federal), como expansão da produção de energia, transporte e investimentos do agronegócio, macro zoneamento ambiental, etc. Com a expansão da extração do Cobre, Níquel, Ouro, Calcário e Minério de Ferro na Província Mineral de Carajás, a Vale<sup>6</sup> e os governos Federal e Estadual impulsionam somas bilionárias de investimentos e expansão do parque industrial, minerário, siderúrgico, energético e de serviços na região.

Há ainda a ampliação da produção de ferro gusa em Marabá, além de pólo de 12 guseiras, a construção de uma indústria siderúrgica de aço, da VALE<sup>7</sup> com a capacidade de 2,4 milhões de toneladas/ano incluindo produção de bobinas laminadas quentes, chapas grossas e placas, bem como a construção da Hidrelétrica de Marabá no Tocantins<sup>8</sup> e outra projetada para o Rio Itacaiúnas, também no Município de Marabá.

Por outro lado, os governos Federal e Estadual também lançam projetos de investimentos a longo e médio prazo para a gestão da produção na Amazônia os quais afetam diretamente a região (PPA's - Planos Plurianuais e PAC).

Os impactos destes investimentos já se fazem sentir em cidades como Canaã dos Carajás, Parauapebas, Marabá, Xinguara, Ourilândia do Norte e Água Azul do Norte. Nestes núcleos urbanos o crescimento demográfico é alarmante, 18% em média ao ano na região. A favelização, os conflitos urbanos por moradia, a violência rural e urbana e o desemprego ganham proporções insustentáveis. A pressão, ameaças e invasões sobre as terras indígenas e assentamentos do INCRA cresce na

---

<sup>6</sup> - Em 2007, o **lucro líquido** da Vale foi de S\$U 15 bilhões (quinze bilhões de dólares). 64,9% de suas ações preferenciais estão na mão de grupos estrangeiros. Quase S\$U 10 bilhões (dez bilhões de dólares) são apropriados por estes grupos.

<sup>7</sup> - A VALE fala em investir R\$ 4,5 bilhões no Pará com a siderúrgica para produção de placas de aço. Só que apenas 25% será de recurso próprio, 25% será do Governo ( BNDE) 25% de outra empresa que queira entrar na sociedade, e os outros 25% serão captados pela VALE e BNDES. O governo do Estado do Pará terá que investir R\$ 1,5% bilhões em infra-estrutura:clusas, hidrovia e portos em contrapartida e apoio ao empreendimento.

<sup>8</sup> - Esta barragem, se construída, deverá inundar uma área de 1.115 quilômetros quadrados atingindo municípios de três estados: no Pará: Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e Palestina; no Tocantins: Ananás, Esperantina e Araguaatins; no Maranhão: São Pedro da Água Branca, além de Assentamentos da Reforma Agrária, a Reserva Indígena Mãe Maria dos índios Gavião e o Parque Estadual da Serra das Andorinhas.

região de extração minerária da Vale em Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte (Mina Onça Puma) e em áreas minerárias de Marabá (Minas do Sossego e Buritirana).

Há hoje um processo deliberado de criminalização e intolerância institucionalizada contra os movimentos sociais na região do Sudeste do Pará, a exemplo do que ocorre no Brasil. Defensores de Direitos Humanos são presos e outros condenados, verbas de financiamento da Agricultura Familiar nos Assentamentos foram suspensas, Movimentos e associações de Agricultores são investigados e constantemente caluniados pela grande mídia local.

Os movimentos sociais camponeses regionais tentam se rearticular na Via Campesina (MST – Movimento dos Sem Terra, MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens, MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, CPT – Comissão Pastoral da Terra e SDDH), a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura, continua priorizando o embate eleitoral nos grupos de poder político dentro do PT (Partido dos Trabalhadores) e recua nas ocupações de terra. Os movimentos, que ainda fazem o enfrentamento com as frentes de expansão do capital no estado, são vítimas de uma campanha crescente de difamação pelos meios de comunicação e criminalização por parte das polícias e do poder judiciário, além de serem estigmatizados como vozes do atraso. São dezenas de trabalhadores e lideranças investigadas e processadas pela polícia e pelo judiciário.

Já nas cidades, nos últimos anos, se intensificaram os movimentos de ocupações urbanas promovidas por sem-tetos. Muitos destes grupos estavam desarticulados e promovendo isoladamente suas lutas tanto jurídicas quanto administrativas. A SDDH e as pastorais sociais da Igreja Católica conseguiram rearticular as lideranças destas ocupações numa luta conjunta que começa a trazer resultados, como as audiências com autoridades estaduais e um grande ato público que pode demarcar a força deste movimento pelo direito de moradia na região e que pode colocar a nu a dívida social dos poderes públicos das três esferas para com a Reforma Urbana e as políticas públicas de habitação popular.

Os governos tanto estadual como municipais alegam falta de recursos para promoverem a regularização fundiária (assentamento de sem-tetos, documentação de áreas, desapropriações e instalação de equipamentos e serviços públicos), visando a moradia popular e uma política habitacional efetiva, no entanto, há décadas que as prefeituras adotam políticas de compadrio e doação de centenas de hectares de áreas urbanas para a instalação de empreendimentos empresariais ou até mesmo de moradia para determinados grupos de privilegiados e apadrinhados políticos.

As eleições municipais se avizinham e há uma despolitização generalizada da população. A disputa eleitoral toma ares de partida de um jogo de apostas no imaginário popular. Não há debates nem propostas de governo, as coalizões são multifacetadas e visam mais capitais políticos do que princípios programáticos. Os princípios partidários (se existiam) foram definitivamente dissolvidos na junção das mais diversas tendências entre esquerdas moderadas e direitas conservadoras numa mesma coligação. O certo é que haverá uma vitória eleitoral das forças conservadoras, seja mais à direita, como as atuais, seja mais ou à esquerda.

A esperança de algumas mudanças fica mesmo na resposta e poder de articulação dos movimentos sociais, notadamente o MST e aliados, que buscam ampliar suas alianças com movimentos mais diversos como garimpeiros, movimentos dos atingidos por barragens, o movimento dos sem-teto, o movimento LGBTQI+, etc. Esta tendência mostra-se eficaz e se faz necessária no momento, porque significa a tradução das mais diversas lutas por emancipação, cria mecanismos para dar coro e eco às vozes de denúncia das políticas excludentes, sejam ativas ou omissivas, constroem lugares de intervenções populares no controle social da coisa pública e de democratização dos espaços e recursos públicos.

Todos estes desafios se colocam neste momento para se repensar a concretização dos direitos humanos formalmente garantidos há mais de sessenta anos. E também na antevéspera da comemoração da esperança e da junção simbólica das forças emancipatórias mundiais, que terá lugar no Fórum Social Mundial, como espaço de pensamento e construção de um novo mundo desenhado com todas as cores, raças e pluralidades de povos e de gentes no horizonte do possível.